

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022

Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**Demonstrações financeiras****para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022****Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes****Conteúdo****Páginas**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....3

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais.....8 e 9

Demonstrações do resultado.....10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....11

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....12

Notas explicativas às demonstrações financeiras.....13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Gestor Judicial da

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Garibaldi - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Britamil Mineração e Britagem S.A. - Em Recuperação Judicial** – (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Britamil Mineração e Britagem S.A. - Em Recuperação Judicial**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº20, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.438 mil, a título de “Impostos Diferidos”, no grupo do ativo não circulante. Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários. Conseqüentemente, o ativo não circulante e o resultado do exercício estão registrados a maior neste montante nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional

do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia vem apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios, aumentando o passivo a descoberto. Chamamos a atenção para as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, apresentam saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 3.680 mil (R\$ 5.190 mil em 2022). Adicionalmente chamamos a atenção ao processo de Recuperação Judicial nº 5000017 - 49 2016 8 21 0027/RS, homologado em 07 de julho de 2023 pelo juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que ao deferir o processo de recuperação judicial, interpôs a Companhia a necessidade de apresentar as certidões negativas de débitos tributários (CNDs), dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da data da referida homologação. A não apresentação de tais certidões poderá ocasionar a convalidação da Recuperação Judicial em carácter de falência. Desta forma, os eventos destacados logo acima, juntamente com outros assuntos relevantes, foram descritos nas notas explicativas nº 01 – Contexto operacional e na nota explicativa nº 02 – Recuperação judicial. Portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 indicam a existência de incerteza relevante e dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfases

Plano de Recuperação Judicial

A Companhia está sob controle acionário da EZ & M Holding De Participações Societárias Ltda. - Em Recuperação Judicial, tendo sido incorporada ao grupo recuperando no decorrer do exercício de 2020. Contextualizando, em 29 de janeiro de 2016, o Grupo Supertex, do qual a Companhia faz parte, ajuizou na Comarca de Santa Maria – RS pedido de recuperação judicial nos termos do artigo 170 da Constituição Federal, o qual foi deferido em 01 de fevereiro de 2016. Em 30 de setembro de 2022 foi realizada a Assembleia Geral de Credores, onde foi aprovado o respectivo Plano de Recuperação. Em 07 de julho de 2023 o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca da cidade de Santa Maria – RS. Ressaltamos que os controles financeiros não estão conciliados com a última posição disponível apresentada ao processo de Recuperação Judicial, necessitando uma reconciliação entre os controles

financeiros e lista de credores judiciais. Até a presente data não foi possível mensurar todos os possíveis ajustes e efeitos decorrentes do plano de recuperação judicial, assim como seu impacto nos ativos e passivos da Companhia, tendo em vista a dependência de eventos futuros que podem afetar de maneira significativa a definição de seus valores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A administração da **Britamil Mineração e Britagem S.A. - Em Recuperação Judicial** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 24 de maio de 2024.



Carlos Alberto dos Santos
Contador – CRCRS nº 69.366
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC RS nº 009308/F
CVM 12.220

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em Reais

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.803,10	4.429,61
Contas a receber de clientes	6	365.926,55	129.592,04
Estoques	7	2.375.769,68	2.320.801,99
Impostos a recuperar		19.255,09	24.085,48
Adiantamentos	8	85.029,67	546.255,01
Despesas Antecipadas		-	17.856,28
		2.890.784,09	3.043.020,41
Não circulante			
Depósitos judiciais		33.062,44	30.875,74
Impostos diferidos	20	2.437.549,94	-
Partes relacionadas	15	200.000,00	199.000,00
		2.670.612,38	229.875,74
Propriedades para investimentos Imobilizado	9	151.300,00 7.566.320,61	151.300,00 4.949.255,20
		7.717.620,61	5.100.555,20
Total não circulante		10.388.232,99	5.330.430,94
Total do ativo		13.279.017,08	8.373.451,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em Reais

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	10	2.910.997,72	187.206,83
Obrigações trabalhistas	11	237.761,94	158.043,90
Obrigações fiscais	12	223.379,92	76.954,32
Outras exigibilidades	13	48.274,56	58.278,52
Adiantamento de clientes	14	191.935,16	375.248,68
		3.612.349,30	855.732,25
Não circulante			
Obrigações fiscais	12	396.107,80	593.772,09
Partes relacionadas	15	12.950.420,22	12.113.611,70
		13.346.528,02	12.707.383,79
Patrimônio Líquido			
	16		
Capital social		7.150.000,00	7.150.000,00
Prejuízos acumulados		(10.829.860,24)	(12.339.664,69)
		(3.679.860,24)	(5.189.664,69)
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.279.017,08	8.373.451,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores expressos em Reais

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita líquida	17	4.724.441,90	4.348.085,81
Custo dos serviços prestados	18	(4.203.360,90)	(3.916.640,53)
Lucro bruto		521.081,00	431.445,28
Despesas gerais e administrativas		(1.415.626,12)	(988.495,43)
Despesas gerais e administrativas		(1.115.833,58)	(638.564,39)
Despesas com pessoal		(407.211,13)	(365.252,93)
Despesas com vendas		(1.285,46)	-
Despesas tributárias		(15.053,53)	(5.867,45)
Outras receitas e despesas operacionais		123.757,58	21.189,34
Resultado antes do resultado financeiro		(894.545,12)	(557.050,15)
Receitas financeiras		9.499,82	1.326,29
Despesas financeiras		(42.700,19)	(22.886,53)
Resultado financeiro	19	(33.200,37)	(21.560,24)
Resultados antes dos impostos		(927.745,49)	(578.610,39)
Provisão imposto de renda e contribuição social, diferidos	20	2.437.549,94	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.509.804,45	(578.610,39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em Reais

Descrição	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.150.000,00	(11.761.054,00)	(4.611.054,00)
Prejuízo líquido do exercício	-	(578.610,39)	(578.610,39)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.150.000,00	(12.339.664,39)	(5.189.664,39)
Lucro líquido do exercício	-	1.509.804,45	1.509.804,45
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.150.000,00	(10.829.859,94)	(3.679.859,94)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em Reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	(927.745,49)	(578.610,39)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	438.158,33	550.249,00
	(489.587,16)	(28.361,39)
(Aumento) diminuição de ativos:		
Contas a receber de clientes	(236.334,51)	(98.724,00)
Estoques	(54.967,69)	(52.920,00)
Impostos a recuperar	4.830,39	32.833,00
Adiantamentos	461.225,34	10.027,00
Despesas Antecipadas	17.856,28	(1.897,00)
Depósitos Judiciais	(2.186,70)	-
	190.423,11	(110.681,00)
Aumento (diminuição) de passivos:		
Fornecedores	2.723.790,89	(60.392,00)
Obrigações trabalhistas	79.718,04	(8.643,00)
Obrigações Fiscais	(51.238,69)	(56.860,00)
Outras exigibilidades	(10.003,96)	(3.606,00)
Adiantamento de clientes	(183.313,52)	(861.682,00)
	2.558.952,76	(991.183,00)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.259.788,71	(1.130.225,39)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado e intangível	(3.055.224,00)	(205.268,00)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(3.055.224,00)	(205.268,00)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	835.808,52	1.328.152,00
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	835.808,52	1.328.152,00
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no período	40.373,49	(7.340,39)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.429,61	11.770,00
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	44.803,10	4.429,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRITAMIL MINERAÇÃO E BRITAGEM S.A. - Em Recuperação Judicial é uma sociedade anônima capital fechado localizada em Garibaldi – RS, tendo como atividades preponderantes a extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado, fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, preparação de massa de concreto e argamassa para construção, fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, britamento de pedras, exceto associado à extração, aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração, construção de rodovias e ferrovias.

A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 24 de maio de 2024.

2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de janeiro de 2016 a sociedade propôs a Recuperação Judicial, a qual foi tombada sob o n. 027/1.16.0001018-0, perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Santa Maria - RS. A proposição da recuperação judicial visa a adequação da estrutura empresarial do Grupo Supertex, com a implementação de melhores e mais atuais meios de controle e geração de receita.

No transcurso do processo de recuperação judicial, em 07 de novembro de 2018 foi implementada pela Polícia Federal do Brasil em conjunto com a Receita Federal do Brasil, operação denominada de Caementa originando o inquérito policial 50950410920144047100, em tramite perante a 7ª Vara Federal de Porto Alegre - RS.

Após esta operação, o juízo da recuperação judicial designou uma assembleia de credores para que os credores da recuperação judicial deliberassem sobre a continuidade da empresa e a designação de um gestor judicial. Assim, em 19 de dezembro de 2018, restou nomeado pelo juízo, o senhor Gilmar Lemes Laguna como gestor judicial das empresas do Grupo Supertex. Tal gestão, visou efetivar a adequação das atividades empresárias do Grupo Supertex.

Em 30 de setembro de 2022, ocorreu a aprovação pela Assembleia Geral de Credores do Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, o plano de recuperação judicial do Grupo Recuperando foi aprovado na Assembleia Geral de Credores, realizada na data de 30 de setembro de 2022, o qual foi homologado pelo Juiz da 3ª Vara Cível da Comarca da cidade de Santa Maria – RS, em 07 de julho de 2023, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que ao deferir o processo de recuperação judicial, interpôs a Companhia a necessidade de apresentar as certidões negativas de débitos tributários (CNDs), dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da data da referida homologação. A não apresentação de tais certidões poderá ocasionar a convalidação da Recuperação Judicial em carácter de falência.

Posteriormente, em decisão proferida em 18 de setembro de 2023, foi revogada as medidas cautelares impostas ao sócio Elizandro Rosa Basso nos autos da demanda de n.º 5058633-77.2018.4.04.7100/RS, em tramitação no Juízo da 7ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, considerando que a Administração Judicial não opôs óbice ao retorno deste e, ainda, o parecer favorável do Ministério Público, foi acolhido o pedido de retorno do sócio ao cargo e funções de administração e/ou gestão das empresas integrantes do Grupo Supertex, a partir do dia 25 de setembro de 2023.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira, bem como nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as orientações do CPC, requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não está apresentando a demonstração de resultado abrangente, em virtude de não haver valores a serem apresentados nesta demonstração.

a. Moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de

câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

b. Uso de Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar determinadas transações. A Companhia utiliza-se das informações disponíveis até a conclusão das demonstrações financeiras e usa como base os eventos passados e futuros.

Estimativas utilizadas nas demonstrações financeiras:

- (i) Seleção da vida econômica do ativo imobilizado;
- (ii) Estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa;
- (iii) Provisões necessárias para passivos cíveis, trabalhistas e tributários;
- (iv) Determinações de provisões para imposto de renda;
- (v) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros; (vi) Estimativas referentes à seleção da taxa de juros; e
- (vi) Retorno esperado dos ativos.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração a sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização dos limites de créditos é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo, as quais se aplicam de modo consistente a todos os exercícios apresentados:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e saldos em contas garantidas.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis compreendem Contas a receber de clientes e demais contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa.

ii. Passivos financeiros

São liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

c. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificadas no ativo circulante. No entanto, para fins de melhor adequação contábil, foram trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para perda esperada (*impairment*), pela provisão de encargos de cartão de crédito e pelos descontos financeiros. São normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustada, se necessário, pela provisão para perdas.

d. Estoques

Estão demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir perdas, quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Imobilizado

São avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil estimado for maior do que o valor recuperável por uso ou venda. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear com a utilização de taxas previstas em laudos técnicos ou vida estimada estipulada pelos fornecedores.

f. Intangível

São representados por marcas e patentes, direitos de uso de softwares e softwares desenvolvidos internamente. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica.

g. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment”

A Administração da Companhia revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando-se o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (“impairment”), em contrapartida do resultado.

h. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente lançadas pelo valor de aquisição.

i. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado

durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis (trânsito em julgado), sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A provisão para contingências jurídicas foi constituída baseado de acordo com a opinião da assessoria jurídica e compreende as contingências cíveis e trabalhistas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos sobre os valores resultantes do ajuste de avaliação patrimonial e sobre os prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores.

l. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

m. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

i. Venda de mercadorias

São realizadas diretamente aos seus clientes e reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

ii. Prestação de serviços

São prestações de serviço de concretagem, lançado por cada caminhão que efetivamente realiza a entrega do material. A receita é reconhecida através do regime de competência.

n. Receita financeira

É reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

o. Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com vencimentos no exercício estão registradas no ativo circulante e as com prazos superiores no ativo não circulante.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	4.335,73	2.958,35
Bancos conta corrente	40.467,37	1.471,26
	<u>44.803,10</u>	<u>4.429,61</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Duplicatas a receber	423.094,87	193.098,92
Provisão para perda esperada	(57.168,32)	(297.536)
	<u>365.926,55</u>	<u>129.592,04</u>

O “aging” dos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras tem a seguinte composição:

	<u>Aging</u>	<u>Saldo</u>
	mais 90 dias	-
A Vencer	90 a 60 dias	-
	60 a 30 dias	-
	30 a 0 dias	217.137,65
		<u>148.788,90</u>
Vencidos	01 a 30 dias	148.788,90
	30 a 60 dias	-
	60 a 90 dias	-
	mais 90 dias	57.168,32
Total		<u>423.094,87</u>

7. ESTOQUE

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Estoque produtos acabados	2.375.769,68	2.320.801,99
	<u>2.375.769,68</u>	<u>2.320.801,99</u>

8. ADIANTAMENTOS

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a fornecedores	82.697,83	544.176,53
Adiantamento a funcionários	2.331,84	2.078,48
	<u>85.029,67</u>	<u>546.255,01</u>

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

9. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é a seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Obras em andamento	315.816,13	-	315.816,13	-
Imobilizações em andamento	286.291,26	-	279.941,26	-
Terras e terrenos	5.268.726,30	-	2.268.726,30	-
Máquinas e equipamentos	4.895.049,10	(3.653.016,33)	4.846.175,36	(3.399.392,52)
Móveis e utensílios	35.454,70	(32.104,23)	35.454,70	(30.210,42)
Frota de caminhões	1.523.680,00	(1.467.266,65)	1.523.680,00	(1.351.216,99)
Computadores e periféricos	7.577,00	(7.577,00)	7.577,00	(7.270,18)
Instalações	890.500,96	(496.810,63)	890.500,96	(430.526,40)
	13.223.095,45	(5.656.774,84)	10.167.871,71	(5.218.616,51)
Residual		7.566.320,61		4.949.255,20

Em 2023, a movimentação dos ativos imobilizados da companhia foram as seguintes:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Obras em andamento	315.816,13	-	-	-	315.816,13
Imobilizações em andamento	279.941,26	6.350,00	-	-	286.291,26
Terras e terrenos	2.268.726,30	3.000.000,00	-	-	5.268.726,30
Máquinas e equipamentos	1.446.782,58	57.154,22	(8.280,00)	(253.623,81)	1.242.032,99
Móveis e utensílios	5.243,64	-	-	(1.893,81)	3.349,83
Frota de caminhões	172.462,93	-	-	(116.049,66)	56.413,27
Computadores e periféricos	307,30	-	-	(307,30)	-
Instalações	459.975,06	-	-	(66.284,23)	393.690,83
	4.949.255,20	3.063.504,22	(8.280,00)	(438.158,81)	7.566.320,61

10. FORNECEDORES

O saldo do grupo está composto por:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	2.910.997,72	187.206,83
	2.910.997,72	187.206,83

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O saldo do grupo está composto por:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	58.998,62	46.292,96
Provisão para férias	100.884,00	55.245,92
INSS a pagar	43.548,46	22.809,48
FGTS a pagar	7.187,13	7.292,81
INSS parcelado	27.143,73	27.143,73
Contribuição sindical	-	(741,00)
	237.761,94	158.043,90

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Curto prazo		
Tributos federais	141.189,27	11.594,98
Tributos estadual	79.479,78	63.766,23
Tributos municipal	2.710,87	1.593,11
	<u>223.379,92</u>	<u>76.954,32</u>
Longo prazo		
Tributos federais	392.416,78	582.699,03
Tributos estadual	3.691,02	11.073,06
	<u>396.107,80</u>	<u>593.772,09</u>
Total	<u>619.487,72</u>	<u>670.726,41</u>

13. OUTRAS EXIGIBILIDADES

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Curto prazo		
Honorários a pagar	4.663,56	14.667,52
Contas a pagar	43.611,00	43.611,00
	<u>48.274,56</u>	<u>58.278,52</u>

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O saldo do grupo está composto por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos de clientes nacionais	191.935,16	375.248,68
	<u>191.935,16</u>	<u>375.248,68</u>

15. PARTES RELACIONADAS

O saldo do grupo está composto por:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Supertex Concretos Ltda	195.000,00	195.000,00
EZ&M Holding Ltda	5.000,00	4.000,00
	200.000,00	199.000,00
Passivo		
Supertex Concretos Ltda	2.459.199,83	2.049.493,19
Concresart - Tecnologia em Concretos Ltda	457.863,57	457.116
Superbloco Concretos Ltda	10.033.356,82	9.608.600,26
	12.950.420,22	12.113.611,70

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**i. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Capital Social Subscrito e integralizado é de R\$ 7.150.000 (sete milhões e cento e cinquenta mil reais), sendo 100% do capital em nome da controladora EZ&M Holding De Participações Societárias Ltda.

ii. Prejuízos Acumulados

Ao término do exercício de 2023 a Companhia apresentou saldos de prejuízos acumulados no montante de R\$ 10.829.860,24 (R\$ 12.329.664,69 em 2022).

17. RECEITAS

As receitas estão compostas da seguinte forma:

Receitas	31/12/2023	31/12/2022
Venda de brita	5.572.010,69	5.204.021,93
Venda de areia	80.000,00	-
	5.652.010,69	5.204.021,93
Deduções		
Devoluções de venda de brita	(3.201,84)	(2.832,80)
ICMS S/ vendas	(699.628,85)	(642.718,05)
PIS S/ vendas	(31.667,51)	(29.646,82)
COFINS S/ vendas	(146.156,21)	(136.830,95)
CFEM - DNPM	(46.914,38)	(43.907,50)
	(927.568,79)	(855.936,12)
Total	4.724.441,90	4.348.085,81

18. CUSTOS

Os custos de materiais para revenda e para prestação de serviços da companhia estão compostos da seguinte forma:

Custos	31/12/2023	31/12/2022
Gastos gerais para prestação de serviço	(667.948,82)	(701.786,87)
Custo com frota para prestação de serviço	(2.508.538,83)	(2.334.851,60)
Custo com pessoal	(1.026.873,25)	(880.002,06)
	(4.203.360,90)	(3.916.640,53)

19. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão compostos da seguinte forma:

Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Juros recebidos	8.741,09	1.026,03
Descontos recebidos	758,73	300,26
	9.499,82	1.326,29
Despesas financeiras		
Juros pagos	(31.462,57)	(14.108,91)
Descontos concedidos	(56,90)	(4,83)
Despesas bancárias	(11.161,00)	(8.734,59)
Despesas com cobranças	(19,72)	(38,20)
	(42.700,19)	(22.886,53)
Resultado financeiro	(33.200,37)	(21.560,24)

20. RECONCILIAÇÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023
Lucros antes do imposto de renda e contribuição social	1.509.804,45
Adições	5.975,08
Exclusões	(2.437.549,94)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(921.770,41)
Imposto de renda (15%) e adicional (10%)	-
CSLL (9%)	-
Total imposto de renda e contribuição social	-

	Saldo em 31/12/2022	(+) Constituição	(-) Reversão	Saldo em 31/12/2023
Diferido ativo				
Prejuízo fiscal de anos anteriores	-	7.169.264,51	-	7.169.264,51
Total	-	7.169.264,51	-	7.169.264,51
IRPJ diferido – Resultado	-			1.792.316,13
CSLL diferido - Resultado	-			645.233,81
	-			2.437.549,93

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As operações da companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao histórico de perdas. Os valores contábeis dos atos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito para avaliação individual dos clientes da carteira (novos e já existentes) quanto à sua condição financeira. A análise efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de

crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, conforme definido em política.

Vendas que eventualmente excedam esses limites possuem alçadas de aprovação extraordinárias.

22. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui cobertura de seguros em montante julgado pela administração suficiente para fazer face às eventuais perdas com sinistros.

Elizandro Rosa Basso

CPF: 619.815.320-72

Charline Silva da Silva Lencina

Contadora

CRS/RS-091846/O

CPF: 019.425.010-56
